



**RELATÓRIO DA COMISSÃO PERMANENTE DO FÓRUM PARLAMENTAR DA SADC DE IGUALDADE DO GÊNERO, PROMOÇÃO DA MULHER E DESENVOLVIMENTO DA JUVENTUDE SOBRE A AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA SOB O TEMA “CONSOLIDANDO A DEMOCRACIA, TRAZENDO O PARLAMENTO\* AO POVO”**

Senhor Presidente, solicito que esta Assembleia Plenária adote o Relatório da Comissão Permanente do Fórum Parlamentar da SADC de Igualdade do Género, Promoção da Mulher e Desenvolvimento da Juventude (*GEWAYD*) à 52.<sup>a</sup> Assembleia Plenária, trazido a apreciação a 5 de Dezembro de 2022.

## **ÍNDICE**

<b>1.0</b>	<b>COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO</b> .....	<b>1</b>
<b>2.0</b>	<b>TERMOS DE REFERÊNCIA</b> .....	<b>1</b>
<b>3.0</b>	<b>NÚMERO DE REUNIÕES REALIZADAS E RESPECTIVAS DATAS</b> .....	<b>1</b>
<b>4.0</b>	<b>ANTECEDENTES</b> .....	<b>1</b>
<b>5.0</b>	<b>RESUMO DE APRESENTAÇÕES</b> .....	<b>2</b>
<b>5.1</b>	<b>Apresentação sobre ‘A Protecção de Crianças contra Abusos Sexuais e a Exploração’, pelo senhor Skubuja Marebe do Afrika Tikkun</b> .....	<b>2</b>
<b>5.2</b>	<b>Apresentação sobre ‘As Razões pelas quais as Jovens Enfrentam Dificuldades em Encontrar Emprego na Região da SADC’ pela senhora Tsitsi Masvusvu, do Fundo Fiduciário África – Saúde e Direitos Sexuais e Reprodutivos (<i>Sexual Reproductive Health Rights Africa Trust [SAT]</i>)</b> .....	<b>4</b>
<b>5.3</b>	<b>Apresentação sobre ‘A Razão pela qual as Jovens abandonam a Escolaridade’ pela senhora Foster Mafiala do Fundo Fiduciário África – Saúde e Direitos Sexuais e Reprodutivos (<i>Sexual Reproductive Health Rights Africa Trust [SAT]</i>)</b> .....	<b>6</b>
<b>5.4</b>	<b>Apresentação sobre como Práticas como a Mutilação Genital Feminina Afectam a Vida das Mulheres</b> .....	<b>6</b>
<b>5.5</b>	<b>Testemunho sobre o Estigma e a Ausência de Receio - Ser Seropositivo Leva ao Abuso: Como Viver de Forma Positiva Afectou a Vida de Peggy Ruze</b> .....	<b>7</b>
<b>6.0</b>	<b>OBSERVAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DA COMISSÃO</b> .....	<b>8</b>
<b>7.0</b>	<b>CONCLUSÃO</b> .....	<b>11</b>
<b>8.0</b>	<b>APÊNDICES</b> .....	<b>12</b>

## 1.0 COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO

A Comissão foi composta pelos seguintes Membros:

1. Senhora Deputada Shally Josepha Raymond, Tanzânia (**Presidente**)
2. Senhora Deputada Paula Kooper, Namíbia (**Vice-Presidente**)
3. Senhora Deputada Iida de Fátima da Silva Almeida Martins, Angola
4. Senhora Deputada Talita Monnakgotla, Botswana
5. Senhora Deputada Anne-Marie Mbilambangu, RDC
6. Senhora Deputada Busisiwe Dlamini, Eswatini
7. A ser designada (Lesoto)
8. Senhora Deputada Marie Jeanne d’Arc MASY GOULAMALY, Rep. Malgaxe
9. Senhora Deputada Roseby Gama Gadama, Malawi
10. Senhora Deputada Marie Joanne Sabrina Tour, Maurícia
11. Senhora Deputada Maria Marta Fernando, Moçambique
12. Senhora Deputada Kelly Samynadin, Seicheles
13. Senhora Deputada Nkhensani Kate Bilankulu, Rep. da África do Sul
14. Senhora Deputada Jeffrey Mulebwa, Zâmbia
15. Senhora Deputada Goodlucky Kwaramba, Zimbabwe

## 2.0 TERMOS DE REFERÊNCIA

Os Termos de Referência (TdR/ToR) da Comissão Permanente de Igualdade do Género, Promoção da Mulher e Desenvolvimento da Juventude (IGPMDJ/GEWAYD) ficam articulados na alínea (d) da Regra 42.<sup>a</sup> do Regimento Interno do FP da SADC.

## 3.0 NÚMERO DE REUNIÕES REALIZADAS E RESPECTIVAS DATAS

A Comissão Permanente de Igualdade do Género, Promoção da Mulher e Desenvolvimento da Juventude (IGPMDJ/GEWAYD) a 25 de Novembro de 2022 convocou a realização de uma audiência pública sob o tema “*Consolidando a Democracia, Trazendo o Parlamento\* ao Povo*”.

## 4.0 ANTECEDENTES

Previamente à realização da Sessão da 52.<sup>a</sup> Assembleia Plenária do Fórum Parlamentar da SADC, a Comissão Permanente de Igualdade do Género, Promoção da Mulher e Desenvolvimento da Juventude desfrutou da oportunidade de interagir directamente com cidadãos da SADC, assim como com representantes de cidadãos da SADC, por forma a reunir informações acerca de questões quer actuais, quer emergentes, tendo em vista a prestação de ajuda a cidadãos da SADC à luz do prevalecente e tenso clima socio-económico. Ao longo

dos anos, o Fórum Parlamentar da SADC tem-se empenhado na promoção de um envolvimento contínuo entre Membros do Parlamento\* e os cidadãos da Região da SADC, e a razão pela qual envidou tais esforços residiu no reconhecimento de que a democracia assumia formas múltiplas, enquanto que a democracia parlamentar não deixava de ficar autenticamente centrada no âmago do conceito. A realização de Audiências Públicas, de campanhas de consciencialização do público em geral e de mesas redondas, por conseguinte, teve por desígnio a capacitação de cidadãos da SADC e de Organizações da Sociedade Civil (OSC) para que se envolvessem directamente com os seus eleitos representantes e dessa forma manifestassem as suas preocupações acerca dos vários tópicos do seu interesse.

Nesta conformidade, a Comissão organizou a realização de uma audiência pública de um (1) único dia focando o contexto temático que incluía a protecção de crianças de abusos sexuais e da exploração; o alargamento da divisória entre géneros durante a recessão económica; a violência baseada no género tanto a nível doméstico como no do trabalho; a razão pela qual jovens do sexo feminino abandonam a escolaridade; a razão pela qual as mulheres se deparam com dificuldades na procura de emprego, e como as mulheres são afectadas por práticas como a da Mutilação Genital Feminina (MGF/FGM), entre outras.

## **5.0 RESUMO DE APRESENTAÇÕES**

Perante a Comissão foram feitas várias apresentações com especial foco sobre áreas temáticas identificadas, tal como ficam descritas *infra*:

### **5.1 Apresentação sobre ‘A Protecção de Crianças contra Abusos Sexuais e a Exploração’, pelo senhor Skubuja Marebe do Afrika Tikkun**

- 5.1.1 Na África do Sul dão-se casos de vinte e oito (28) jovens do sexo feminino violadas diariamente. Para exemplo, três (3) delas foram assassinadas, tendo outras três (3) sobrevivido a uma tentativa de homicídio e outras vinte e uma (21) sofrido graves lesões corporais. Alguns desses casos acabam por nem ser conhecidos, ao acabarem no poroso sistema policial.
- 5.1.2 Há casos de crianças assaltadas sexualmente, sendo raptadas e acabando por ser deixadas em valas, sendo frequentemente os seus corpos encontrados mutilados. A África do Sul torna-se gradualmente no pior dos destinos onde jovens do sexo feminino possam realmente prosperar.
- 5.1.3 Em teoria a Constituição da África do Sul reúne bastante minúcia relativamente à promoção e salvaguarda de crianças. Por exemplo, a secção 28.<sup>a</sup> da Carta de Direitos prevê que a cada criança caiba o direito ao abrigo, a cuidados de saúde e a serviços sociais, cabendo-lhe também o direito de protecção contra maus tratos, contra a negligência, o abuso

ou a degradação. Apesar desta disposição, a cerca de trinta por cento (30%) das crianças do país cabe um destino prematuro em termos violentos, todos os dias.

- 5.1.4 Há assim a necessidade do estabelecimento e manutenção de um Centro de Comando sobre a Violência Contra a Criança (VAC) para que se assegure que crimes e a violência perpetrados contra crianças sejam abordados separadamente de casos sobre a Violência Baseada no Género (VBG).
- 5.1.5 Há também a necessidade de se incrementar o financiamento de serviços destinados à protecção da criança para organizações cuja única função seja a de protegerem e salvaguardarem o bem-estar de crianças.
- 5.1.6 Há pois a necessidade de se reforçarem medidas de prevenção e de disciplina construtiva destinadas à mitigação da violência nas escolas. A maior parte das escolas em subúrbios afluentes encontra-se estrategicamente situada em comunidades que dispõem de recursos, onde o policiamento é visível da parte de empresas de segurança privadas e não propriamente da Polícia da África do Sul; empresas de segurança que patrulham constantemente recintos escolares e zonas vizinhas.
- 5.1.7 Há ainda a necessidade da adopção de normas abrangentes que sirvam de orientações ao aprovisionamento de transportes para crianças portadoras de deficiências. Os autocarros escolares só dispõem de uma única cadeira de rodas, por unidade e circuito diário, o que significa que cada um deles só possa transportar uma (1) criança numa cadeira de rodas, num interior repleto de outras crianças.
- 5.1.8 Na Zâmbia, muitas são as crianças que são vítimas de abusos de ordem sexual, física ou emocional a nível doméstico, o que causa elevado índice de problemas psicológicos e emocionais, assim como de suicídios.
- 5.1.9 A maior parte das vítimas vive com os perpetradores de casos desse género, sendo esses os seus pais, tutores ou familiares.
- 5.1.10 Os casos de abusos acabam por ser raramente denunciados, particularmente quando o perpetrador faz parte da família. Se todos os casos fossem denunciados muitos deles acabariam por ser retirados dos registos por várias razões. Na maior parte desses casos, de facto, os perpetradores são libertados mesmo antes do respectivo caso acabar na barra da justiça.
- 5.1.11 Estatisticamente, a Zâmbia regista um dos mais elevados índices de casamentos infantis do mundo. Muitas das jovens na Zâmbia são consorciadas antes dos dezoito (18) anos de idade, algo que é permitido

pelo direito consuetudinário. Trata-se de um país onde cerca de 53,2% da população é jovem. Dessa percentagem 44% diz respeito a casamentos antes dos dezoito (8) anos de idade.

5.1.12 O 'Índice Africano de Amizade para com a Criança' (*African Child-friendly Index*) coloca a Zâmbia em vigésimo segundo (22.º) lugar dos cinquenta e quatro (54) países africanos, no que respeita à promoção do bem-estar das crianças.

5.1.13 Em Julho de 2022, a Zâmbia promulgou 'A Lei do Código das Crianças' (*Children's Code Act, No. 12 of 2022*), a fim de reforçar e consolidar a legislação relacionada com a criança, prevendo a responsabilidade dos pais, custódia, manutenção e procedimentos para o trato dado a crianças em conflito com a lei, entre outros. Lei essa que também proíbe o casamento infantil.

## **5.2 Apresentação sobre 'As Razões pelas quais as Jovens Enfrentam Dificuldades em Encontrar Emprego na Região da SADC' pela senhora Tsitsi Masvusvu, do Fundo Fiduciário África – Saúde e Direitos Sexuais e Reprodutivos (*Sexual Reproductive Health Rights Africa Trust [SAT]*)**

5.2.1 De acordo com o Relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT) para com a Fundação *MasterCard* regista-se um índice de desemprego no seio de mulheres mais elevado daquele dos homens. Proporções essas que são da ordem dos 18,6% para jovens do sexo masculino e de 10% para jovens do sexo feminino, respectivamente. 75% das mulheres encontram-se a trabalhar no sector informal.

5.2.2 Os factores que servem de obstáculo ao acesso de jovens mulheres ao emprego encontram-se enraizados em normas e valores sociais causando barreiras a empregos sustentáveis e seguros para mulheres. Devido a essas normas sociais as mulheres acabam por ser mães ainda muito jovens, o que *per se* serve também de obstáculo no mercado de trabalho.

5.2.3 Há políticas que apoiam a continuação do ensino para jovens do sexo feminino e mulheres que tenham interrompido a sua escolaridade devido à gravidez. Para a maioria das jovens mulheres e de adolescentes os seus níveis de ensino permanecem baixos, o que significa que se não possam candidatar a postos de emprego bem remunerados. Quanto a postos de emprego no sector informal, estes também as torna susceptíveis de serem vítimas de casos de exploração sexual.

5.2.4 Muito em articular em zonas rurais, jovens mulheres e adolescentes do sexo feminino não possuem suficientes competências, o que significa que

não podem contribuir para a Economia e acabam por se casar muito cedo. Esta situação torna-se ainda mais crítica em zonas rurais, onde tais jovens mulheres e adolescentes não têm acesso ao Ensino e a serviços sanitários básicos, tais como os de Saúde Sexual e Reprodutiva e Educação Abrangente sobre a Sexualidade.

- 5.2.5 É também um facto que as jovens mulheres não disponham nem de recursos nem de capital para iniciar os seus próprios negócios, uma vez serem consideradas de um grupo de risco mais elevado, apesar do seu genuíno interesse e zelo em conseguirem ser auto-suficientes. Por exemplo, no sector agrícola, a maior parte das mulheres não dispõe de acesso à propriedade de terras, ainda que sejam elas a dispender mais tempo a cultivá-las.
- 5.2.6 A Religião acaba por ser um dos factores primordiais a afectar o acesso da mulher ao emprego. Em certas religiões, à mulher não é permitido trabalhar e a ter o seu próprio rendimento. As mulheres vêm-se confrontadas por dificuldades na busca de emprego, principalmente no sector dos transportes, no da construção e em repartições do Estado.
- 5.2.7 Segundo uma análise sobre os diferenciais mantidos em pagamentos salariais para homens e mulheres, na maior parte dos países, as mulheres usufruem de salários menores daqueles dos seus homólogos masculinos, em termos do cumprimento das mesmas funções profissionais. As causas são sistemáticas, significando que resultam de percepções quer conscientes, quer inconscientes, daquilo que as pessoas avaliam ser o trabalho das mulheres e dos tipos de trabalho que lhes sejam mais apropriados. Tais percepções levam a que as mulheres sejam de certa forma levadas a posições de menor remuneração salarial sob a presunção de que as mulheres não tenham de trabalhar tanto como os homens, ou de que o seu trabalho deva ser o de tratar de crianças, de uma casa e da família. Estes preconceitos contra a mulher acabam por fazer perpetuar os referidos diferenciais salariais. Há assim a necessidade de se mitigar tais diferenciais salariais, através de ordenados mínimos, sendo necessário que estes sejam também protegidos por serviços universais alargados a trabalhadores, tanto nos sectores formais como informais.
- 5.2.8 De acordo com a ONU Mulher as mulheres só dispõem de 77 cêntimos de cada dólar do salário de um homem, mantendo-se essa desigualdade por toda a vida em termos de rendimentos, entre homens e mulheres, havendo mais mulheres a reformarem-se na pobreza.

### **5.3 Apresentação sobre ‘A Razão pela qual as Jovens abandonam a Escolaridade’ pela senhora Foster Mafiala do Fundo Fiduciário África – Saúde e Direitos Sexuais e Reprodutivos (*Sexual Reproductive Health Rights Africa Trust [SAT]*)**

- 5.3.1 Na pobreza reside uma das principais razões porque muitas jovens acabam por abandonar a sua escolaridade. Jovens que são retiradas das escolas por razões financeiras. Devido à pobreza muitas dessas jovens acabam por se consorciar, acabando na gravidez, enquanto ainda muito novas. Jovens que acabam por encontrar postos de trabalho como empregadas domésticas, o ganha-pão para as suas famílias.
- 5.3.2 Há crenças religiosas e tradicionais que defendem o princípio de que a educação de uma criança do sexo feminino não mais constitui do que uma perda de desnecessária de recursos. A triste realidade é que ainda hoje alguns pais continuam a defender tais crenças.
- 5.3.3 O acesso à Educação Abrangente da Sexualidade, os Serviços de Saúde Sexual e Reprodutiva (SRH), os contraceptivos e medidas tomadas contra a violência baseada no género podem ajudar a que as jovens sejam mantidas nas escolas. A maioria das jovens que abandona os seus estudos são jovens grávidas. A promoção da saúde e direitos sexuais e reprodutivos serviria para se assegurar que essas jovens tivessem melhor conhecimento e consciência dos seus próprios organismos. O silêncio sobre serviços de SHR e de Educação Sexual Abrangente tem de ser quebrado, pois são jovens mulheres e adolescentes que depois encaram as consequências da falta de acesso a tais serviços.
- 5.3.4 A pobreza relativa à menstruação de jovens representa uma das principais dificuldades a causar o abandono da sua escolaridade. Muitos casos há de jovens adolescentes do sexo feminino que não podem continuar com os seus estudos por falta de pensos higiénicos.

### **5.4 Apresentação sobre como Práticas como a Mutilação Genital Feminina Afectam a Vida das Mulheres**

- 5.4.1 A Mutilação Genital Feminina (MGF) é um fenómeno social profundamente enraizado nas veertentes sociais, culturais e religiosas de África. A Mutilação Genital Feminina (MGF) é uma sequência de procedimentos realizados nos órgãos genitais de mulheres de diferentes idades, incluindo a remoção total ou parcial dos órgãos genitais externos femininos ou outras lesões dos órgãos genitais femininos por razões não médicas. Outras versões da Mutilação Genital Feminina (MGF) incluem a prática do alongamento dos lábios, em que os órgãos genitais das



crianças do sexo feminino são puxados e alongados com o único objectivo de dar aos seus parceiros masculinos uma maior satisfação sexual.

- 5.4.2 A prática é praticada predominantemente em África, na Ásia e Austrália. Na África Austral, não é uma prática comum. Contudo, cerca de 10% e 0,3% das raparigas na Tanzânia e no Uganda, respectivamente, são vítimas de Mutilação Genital Feminina (MGF). A investigação e recolha de dados revelou que a prevalência era mais elevada nos dois países. Em geral, a África Austral tem muito poucos casos de Mutilação Genital Feminina (MGF) em comparação com outras regiões do continente. Apesar disto, um caso de Mutilação Genital Feminina (MGF) é um caso a mais. Além disso, não há provas empíricas ou dados sobre a prática da Mutilação Genital Feminina (MGF) na África Austral. Foi relatado que algumas comunidades na África do Sul, Zimbabwe e Zâmbia praticavam a Mutilação Genital Feminina (MGF), mas não existem dados que sustentem esta alegação.
- 5.4.3 Os jovens constituem cerca de 60 por cento da população em África. Calcula-se que cerca de 68 milhões de raparigas estão em risco de serem submetidas a Mutilação Genital Feminina (MGF) até 2030.
- 5.4.4 A prática viola os direitos da criança, uma vez que é praticada na sua maioria em menores. As circuncisadoras tradicionais, que frequentemente desempenham funções importantes, como parteiras, levam a cabo estas intervenções. A Mutilação Genital Feminina (MGF) apenas serve para danificar tecido genital feminino saudável e normal e interfere com as funções naturais do corpo das raparigas e das mulheres.
- 5.4.5 A Mutilação Genital Feminina (MGF) tem efeitos psicológicos, incluindo depressão, ansiedade, transtorno de *stress* pós-traumático (TSPT) e perda de auto-estima. Também causa tecido cicatrizado e aumenta o risco de complicações durante o parto, parto difícil, hemorragia excessiva e cesariana. Aumenta igualmente o número de mortes de recém-nascidos. Um estudo recente revelou que, em comparação com as mulheres que não tinham sido submetidas à Mutilação Genital Feminina (MGF), as que tinham sido submetidas à MGF corriam um risco significativamente maior ou requeriam cesariana, episiotomia e hospitalização prolongada, e também sofriam de hemorragia pós-parto.

## **5.5 Testemunho sobre o Estigma e a Ausência de Receio - Ser Seropositivo Leva ao Abuso: Como Viver de Forma Positiva Afectou a Vida de Peggy Ruze**

Ser seropositiva implicava que Peggy Ruze não tinha paz de espírito porque a sociedade tinha muito a comentar. O estigma e a discriminação eram um grande problema visto que as pessoas da sua idade começaram a afastar-se. Em

resultado, Peggy isolou-se com medo de ser estigmatizada e discriminada. Até se afastou da escola com receio de ser ridicularizada pelos seus pares. Para a sociedade, o Tratamento Anti-Retroviral ou TARV era uma maldição.

Aos dezoito anos, conheceu um jovem por quem se apaixonou. Quando a sua relação se tornou séria, Peggy ponderou revelar o seu estatuto de seropositiva ao noivo, mas teve medo de o perder. A sociedade e a família revelaram o estatuto de seropositivo ao seu noivo, que a confrontou sobre a situação. Quando Peggy admitiu ser seropositiva, ele terminou a relação e mentiu dizendo que tinha sido seduzido por Peggy. Ninguém quis ter uma relação com ela depois disso. Em vez de a proteger e defender, a família de Peggy estigmatizou-a e discriminou-a e, em consequência, ela deixou de seguir o seu tratamento.

Peggy iniciou sessões de aconselhamento no *Rosaria Memorial Trust* e recuperou a confiança e auto-estima. Deixou de temer o futuro e teve a coragem de se defender e lutar pelos seus direitos como cidadã com objectivos a alcançar.

## 6.0 OBSERVAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DA COMISSÃO

No contexto das apresentações recebidas, a Comissão Permanente para a Igualdade de Género, Promoção da Mulher e Desenvolvimento da Juventude:

1. **CIENTE** de que as crianças tinham o direito de serem protegidas contra maus-tratos, negligência, abuso ou tratamento degradante;
2. **RECONHECENDO** que havia necessidade de aumentar o financiamento para organizações que trabalhavam unicamente no sentido de proteger e salvaguardar o bem-estar das crianças;
3. **RECONHECENDO** que havia necessidade de reforçar as medidas preventivas e disciplinares positivas para refrear a intimidação (*bullying*) ou a violência nas escolas;
4. **NOTANDO** que havia necessidade de adoptar normas e padrões abrangentes que incluíssem disposições relativas ao transporte de crianças portadoras de deficiência;
5. **CIENTE** de que os factores que dificultavam o acesso das jovens ao emprego estavam profundamente enraizados nas normas e valores sociais que funcionavam como barreiras a emprego seguro e sustentável;
6. **PROFUNDAMENTE PREOCUPADA** com o facto de não existirem políticas de apoio à continuação da educação de raparigas e jovens depois de abandonarem a escola;

7. **APERCEBENDO-SE** que as jovens nas zonas rurais não dispunham de competências, recursos e capital necessários para criar novas actividades empresariais e eram consideradas como um grupo de alto risco pelas instituições de empréstimo;
8. **ACEITANDO** ser necessário reduzir as disparidades salariais entre homens e mulheres através de salários mínimos que assegurem uma existência digna, a serem apoiados por uma protecção social universal alargada aos trabalhadores dos sectores informal e formal;
9. **NOTANDO** que a pobreza era uma das razões pelas quais as raparigas abandonavam a escola;
10. **APERCEBENDO-SE** de que o acesso à Educação Sexual Abrangente, aos serviços de SSR, à contracepção e a medidas contra a violência baseada no género poderia ajudar a manter as raparigas na escola;
11. **ENTRISTECIDA** com o facto de muitas raparigas abandonarem a escola devido à falta de pensos higiénicos ou "pobreza devido a períodos";
12. **PREOCUPADA** com o facto de a Mutilação Genital Feminina (MGF) ser um fenómeno social profundamente enraizado nas vertentes sociais, culturais e religiosas de África;
13. **IGUALMENTE PREOCUPADA** com o facto de existirem comunidades na África do Sul, Zâmbia e Zimbábue que praticavam a Mutilação Genital Feminina (MGF), embora não existissem provas empíricas ou dados que sustentassem esta alegação;
14. **CONSTERNADA** com o facto de a MGF ser praticada principalmente em menores e constituir uma violação dos seus direitos;
15. **LAMENTANDO** que a MGF tivesse efeitos psicológicos, incluindo depressão, ansiedade, transtorno de *stress* pós-traumático (TSPT) e perda de auto-estima.

Por conseguinte, o Comité recomenda agora à 52<sup>a</sup> Assembleia Plenária que:

1. **APELE** aos Estados Membros da SADC que aumentem o financiamento dos serviços de protecção da criança e das organizações que trabalham unicamente no sentido de proteger e salvaguardar as crianças.
2. **EXORTE** os Parlamentos Nacionais a reforçarem as medidas preventivas e disciplinares positivas para travar a violência na escola, especialmente no que diz respeito à intimidação (*bullying*).

3. **INSTE** os Estados Membros a adoptarem normas e padrões abrangentes para orientar a oferta de transporte para crianças portadoras de deficiência, uma vez que estas se encontram entre os grupos mais vulneráveis da Região.
4. **ENCORAJE** os Parlamentos Nacionais a reformar a legislação relativa às crianças e a sensibilizar através de uma maior consciencialização das leis nacionais. Promulgar legislação que criminalize a prática de angariação de crianças com o pretexto de as matricular na escola e de as utilizar no trabalho doméstico; proibir o casamento infantil e o abuso de crianças; e proibir a retirada das denúncias de casos de abuso e exploração sexual até que sejam ouvidos por um tribunal competente.
5. **APELE** aos Estados Membros que formulem políticas e leis que eliminem os diferentes obstáculos que as jovens enfrentam quando procuram trabalho.
6. **GARANTA** que os Estados Membros, em conformidade com a Agenda 2030, trabalhem incansavelmente para eliminar as disparidades de género que existem no mercado de trabalho, assegurando que as jovens tenham acesso a diferentes produtos e serviços, especialmente empréstimos e capital para o empreendedorismo.
7. **EXORTE** os Estados Membros a apoiarem políticas de reinserção escolar que procurem melhorar as oportunidades de educação de raparigas e jovens que engravidam enquanto estão na escola.
8. **APELE** aos Estados Membros que considerem o reforço dos programas de Educação Sexual Abrangente e dos serviços de Saúde Sexual e Reprodutiva (SSR) nas escolas, uma vez que isso contribuirá para a redução da gravidez na adolescência.
9. **APELE** aos Estados Membros que criem programas e políticas apropriadas que visem assegurar que todas as crianças do sexo feminino na escola tenham acesso a pensos higiénicos gratuitos.
10. **EXORTE** os Estados Membros a formularem leis mais rigorosas que rejam a forma como os sistemas judiciais da Região lidam com casos de assédio sexual e exploração sexual e a criarem tribunais especiais para lidar com casos de exploração sexual de forma acelerada.
11. **ENCORAJE** os Estados Membros a formularem programas e associações que ministrem formação às jovens a nível de competências de empreendedorismo, de modo a permitir-lhes obter rendimentos para a

sua capacitação, e a aumentarem os programas de desenvolvimento dirigidos às jovens.

12. **INSTE** os Estados Membros a estarem atentos à criatividade e inovação dos jovens. Os Estados Membros devem muito investir nas instituições de ensino e formação nos domínios técnico e profissional (TVET).
13. **INCENTIVE** os Estados Membros a reforçarem a coordenação e o diálogo com diferentes intervenientes, como organizações da sociedade civil (OSC), organizações de direitos das mulheres, os jovens, especialmente as adolescentes, a fim de que uma voz unificadora ponha fim à prática da Mutilação Genital Feminina (MGF). Além disso, **INCENTIVE** os Estados Membros a colaborarem muito seriamente com os líderes religiosos e tradicionais em questões relacionadas com a Mutilação Genital Feminina (MGF). Os Parlamentos Nacionais devem promulgar leis para combater a MGF no que diz respeito à protecção, prevenção e acusação dos autores de MGF.
14. **APELE** aos Estados Membros que continuem a sensibilizar as pessoas para a discriminação e o estigma contra as pessoas que vivem com VIH/SIDA.

## 7.0 CONCLUSÃO

A Comissão espera que a oportunidade de interagir directamente com os cidadãos da Região da SADC tenha reforçado a confiança nos benefícios do envolvimento parlamentar com os Deputados a nível nacional e regional. Além disso, a Comissão está consciente de que há necessidade de um envolvimento mais significativo com os cidadãos da Região, particularmente agora que o Fórum está em vias de se transformar em Parlamento Regional consultivo e deliberativo da SADC. A Comissão é de opinião, ademais, que o activo envolvimento dos jovens nos esforços de desenvolvimento sustentável é fundamental para criar sociedades sustentáveis, inclusivas e estáveis.

A Comissão deseja manifestar a sua gratidão a todos os cidadãos da SADC que participaram na Audiência Pública, especialmente àqueles que interagiram com os membros da Comissão sobre os vários males sociais e económicos que a Região enfrenta no clima actual. A Comissão agradece também à Secretária-Geral e ao Secretariado o apoio e orientação prestados durante a audiência. A Comissão está igualmente grata às pessoas de recurso pelas suas apresentações e testemunhos sobre as várias questões temáticas em foco.

## **8.0 APÊNDICES**

### **Apêndice I – Lista de Funcionários**

Senhora Boemo Sekgoma, Secretária-Geral  
Senhora Yapoka Mungandi, Directora – Administração, Finanças e Recursos Humanos  
Senhora Clare Musonda, Directora – Governação Corporativa  
Senhora Betty Zulu, Secretária/Relatora da Comissão - GEWAYD  
Senhora Sharon Muteto Nyirongo, Secretária/Relatora da Comissão - FANR  
Senhora Paulina Kanguatjivi, Oficial Assistente e Coordenadora de Procedimentos  
Senhor Ronald Windwaai, *Webmaster*  
Senhora Agnes Lilungwe, Assistente Executiva da Secretária-Geral

### **Apêndice II –Apresentadores**

Senhor Makananelo Makape – Iniciativa Regional de Apoio Psicossocial (REPSSI) em parceria com o Fundo Nelson Mandela para a Infância e a Afrika Tikkun  
Senhora Tsitsi Masvusvu – *Trust* para a Saúde e Direitos Sexuais e Reprodutivos em África (SAT)  
Senhora Foster Mafiala – *Trust* para a Saúde e Direitos Sexuais e Reprodutivos em África  
Senhora Peggy Ruze – *Trust* para a Saúde e Direitos Sexuais e Reprodutivos em África  
Senhora Lisa Mawuwa do Fórum da Juventude da África Austral (SAYoF)  
Senhor Professor Ezra Chitando – Conselho Mundial das Igrejas da África Austral  
Senhora Grace Uwizeye – Fundo das Nações Unidas para a População

### **Apêndice III – Organizações Observadoras**

Administração Municipal de Ombadja, Angola  
Parlamento da Juventude Africana, Botswana  
Universidade Botho, Botswana  
GIZ BW, Botswana  
*Trust* Africano de SDSR, Botswana  
*Afriyan*, Comores  
Voluntário da UA, RDC  
Fórum da Juventude da África Austral (SAYoF), RDC  
*New Hope*, DRC  
APHRC, Quênia  
Universidade Técnica do Quênia  
UNFPA, Quênia  
*Together 4 Society*, Quênia

ONUSIDA, Lesoto  
 Fundação *Safe Haven*, Lesoto  
 Universidade Nacional do Lesoto  
 Ministério do Governo Local, Lesoto  
 Ministério das Finanças, Lesoto  
 Iniciativa de Empreendedorismo Social de Base Comunitária, Lesoto  
 Ministério da Informação, Comunicação, Ciência, Tecnologia, Inovações, Lesoto  
*SheHive*, Lesoto  
 Fórum de Desenvolvimento da Fundação Mosepele, Lesoto  
*The People's Matrix*, Lesoto  
*Afro-Green*, Malawi  
 Rede da Juventude do Distrito da Baía de Nkhata, Malawi  
 Ministério da Saúde, Malawi  
 Rede Juvenil de Direitos Humanos do Malawi  
 UNESCO, Malawi  
 Parlamento do Malawi  
 Os Administradores Fiduciários Registados do Trust *Mthunzi*, Malawi  
*YOFONAT*, Malawi  
 Rede da Juventude, Malawi  
 Movimento de Acção Juvenil, Malawi  
 Rede de Organizações de Serviços de SIDA do Malawi  
 Fórum da Juventude para a Transformação Nacional, Malawi  
*Green Girls Platform*, Malawi  
 Clube Juvenil de Zatonse, Malawi  
 Movimento Halley, Maurícia  
 Colectivo de Kuyenda, Moçambique  
*HOPE M Network*, Moçambique  
 Universidade Pan-Africana, Moçambique  
 Universidade da Namíbia  
 Comissão Eleitoral da Namíbia  
 Iniciativa para o Desenvolvimento no Apogeu, Nigéria  
 Brigada Unidos para um Objectivo, Seychelles  
*Trust* de SDSR de África, África do Sul  
 SAfAIDS, África do Sul  
 Fundo Nelson Mandela para a Infância, África do Sul  
 Universidade de Pretória, África do Sul  
 Universidade da Witwatersrand, África do Sul  
 Movimento Sul-Africano *Tswelopele*, África do Sul  
 Organização Mundial do Comércio, Suíça  
 Perspectiva do Género, Tanzânia  
 Rede TGNP, Tanzânia  
 Campeão do Bem-Estar das Pessoas, Tanzânia  
 Universidade St John's, Tanzânia  
 Parlamento da Tanzânia  
 WiLDAF, Tanzânia

Universidade de Ciências da Saúde e Ciências Conexas de Muhimbili, Tanzânia  
Universidade de Dar-es-Salaam, Tanzânia  
*Open Mind*, Tanzânia  
Ministério da Justiça, Tanzânia  
Fundação *Helping Hand*, Tanzânia  
*Femme International*, Tanzânia  
Aprofundamento do Sector Financeiro, Zâmbia  
Universidade de Medicina Levy Mwanawasa, Zâmbia  
Centro de Acção e Investigação em Saúde na Zâmbia  
*Step to Care*, Zâmbia  
*Hivos*, Zâmbia  
Rede Zambiana de Jovens que Vivem com VIH  
Acção Juvenil, Zâmbia  
Juventude para um Crescimento Inclusivo e Ambiente Seguro, Zâmbia  
Universidade de África, Zâmbia  
Centro de Investigação, Consultoria e Sensibilização sobre Violência Baseada no Gênero, Zâmbia  
Rede de Construtores de Paz Africanos, Zâmbia  
Universidade da Zâmbia  
Associação Nacional dos Conselheiros Tradicionais da Zâmbia  
Divisão de Género, *Cabinet Office*, Zâmbia  
*Generation Alive*, Zâmbia  
*Teach for Zimbabwe*  
Ministério da Juventude, Zimbabwe  
*Precious and Priceless*, Zimbabwe  
Trust de SDSR em África, Zimbabwe  
*Plan International*, Zimbabwe  
Universidade do Zimbabwe  
Conselho Nacional de Combate à SIDA  
Trust de Organização Nacional de Associações e de Residentes do Zimbabwe, Zimbabwe  
*Trust* para o Desenvolvimento de Mulheres e Raparigas, Zimbabwe  
*Destiny Mission Organisation*, Zimbabwe  
Parcerias da África Austral para a Prevenção de Conflitos, Zimbabwe  
*Say What*, Zimbabwe  
*Cultiv8 Africa*, Zimbabwe  
Associação Nacional de Organizações da Juventude, Zimbabwe  
*Youth Network Connect*, Zimbabwe

---

Senhora Deputada Shally Josepha Raymond  
**CHAIRPERSON**

---

**Ms. Betty ZULU**  
**COMMITTEE SECRETARY**



